

**CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO NO BRASIL:
ANÁLISE DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS
RESULTADOS DO ENADE**
**Undergraduate courses in nutrition in Brazil: census analysis of higher
education and the ENADE's results**
**Cursos de la graduación en nutrición en el Brasil: análisis del censo de
la educación superior y de los resultados del ENADE**

Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso^{*}
Bruna Klein Guimarães de Souza^{**}
Renata Alves Barbosa da Silva^{***}

RESUMO: Este estudo tem por objetivo discutir a formação do Nutricionista, problematizando os aspectos da expansão do ensino e análise dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Trabalha-se com procedimentos metodológicos de natureza descritiva e explicativa, incluindo a análise documental sobre Políticas Educacionais e pesquisa no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, sobre o Censo da Educação Superior no período de 1996 a 2008 e ENADE 2004 e 2007. Os resultados evidenciam a necessidade de maior acompanhamento das representações da área da Nutrição junto às autoridades governamentais na regulação de abertura de novos cursos, garantindo, entre os critérios para o processo criação de vagas, a capacidade de a instituição oferecer ensino de qualidade, frente às políticas de educação e saúde e à necessidade de profissionais para cada região.

Palavras-chave: educação superior; graduação em nutrição; avaliação educacional.

ABSTRACT: This study has as objective the discussion of the training of Nutritionists considering the aspects of the expansion of Teaching and the analysis of the results of the National Exam of Students' Performance (ENADE). The methodological procedures used were of descriptive and explicative nature, including documental analysis of Educational Policies and research in the data

* Coordenadora do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas da Educação Superior (GEPPE) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Trabalho Docente. Contato: e-mail: tecmav@terra.com.br; XX 65 3664 37 04; XX 65 8114 99 08.

** Aluna de graduação em Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista PIBIC/CNPq. Contato: brunakgs@hotmail.com

*** Aluna de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista PIBIC/CNPQ. Contato: reanta_abs@ibest.com.br

bank of the National Institute of Educational Studies and Research, on the Superior Education Census in the period between 1996 and 2008, and ENADE 2004 and 2007. The results show the necessity of a closer attendance by the representatives of the area of Nutrition along with the governmental authorities in the regulation of the opening of new courses, guaranteeing, among the criteria for the process of creation of vacancies for more students, the capacity of the institution of offer quality teaching, considering educational and health policies and the necessity of professional in each region.

Keywords: superior education, university degree in nutrition, educational evaluation.

RESUMEN: El objetivo del estudio fue discutir la formación del Nutricionista, cuestionando aspectos de la expansión de la enseñanza y el análisis de los resultados del Examen Nacional de Desempeño de los Estudiantes (ENADE). El estudio utiliza procedimientos metodológicos de naturaleza descriptiva y explicativa, incluido el análisis de documentos y la investigación sobre las Políticas Educativas, en la base de datos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas en el Censo de la Educación Superior en el período de 1996 a 2008, y ENADE 2004 y 2007. Los resultados evidencian la necesidad de una mayor vigilancia de las representaciones del campo de la Nutrición, junto con las autoridades gubernamentales en la regulación de apertura de nuevos cursos, garantizando entre los criterios para el proceso de oferta de vacantes, la capacidad de la institución ofrecer educación de calidad, en comparación con la salud y las políticas de la educación y la necesidad de profesionales en cada región.

Palabras Clave: educación superior; graduado en nutrición; evaluación de la educación.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado *Cursos de Graduação na área da Saúde no Brasil e Mato Grosso*, que integra os estudos sobre Educação Superior do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais e Trabalho Docente da Universidade Federal de Mato Grosso.

O estudo tem por objetivo discutir a formação do Nutricionista, problematizando os aspectos da expansão do Ensino de graduação e análise dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A análise foi baseada nas seguintes questões: Qual o perfil da expansão dos cursos de Nutrição no Brasil nos últimos 12 anos? Quais os resultados do ENADE a partir dessa expansão?

Na busca de respostas a essas perguntas, utilizamos como fonte de dados de análise o Censo da Educação Superior, publicado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Pesquisas

Educacionais (INEP), no período compreendido entre 1996 a 2008, nas categorias público/privado e organização acadêmica e o resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) aplicado em 2004 e 2007.

Analisar o processo de expansão da educação superior em Nutrição representa conhecer o fenômeno com base no real concreto, objetivo e contraditório. Significa investigá-lo, procurando compreender os elementos conjunturais e estruturais presentes nessa realidade, pois são esses elementos que constituem a particularidade e a especificidade de uma determinada situação histórica, tornando-a singular, sem, contudo, deixar de estabelecer sua conexão com o universal. Assim, é preciso compreender a relação entre a expansão do curso analisado e as políticas de educação superior para área da saúde no período investigado.

As análises apresentadas indicam que, nos últimos 12 anos, a expansão dos cursos de Nutrição no país é semelhante a outros cursos da área de Saúde e Bem Estar. Apresenta taxa de crescimento de 620,93% em relação ao ano de 1996, concentrado no setor privado não universitário. A avaliação dos dados de desempenho dos estudantes do curso nos exames do ENADE revela que, apesar do maior número de participantes serem de instituições privados, os alunos do setor público obtêm melhores médias, principalmente os de Instituições Universitárias.

O estudo aponta para a necessidade de acompanhamento e avaliação da área, para fins de regulação na abertura de novos cursos de Nutrição no país.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – OS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

As políticas de educação superior implementadas no Brasil a partir dos anos 1990 refletiram em um acentuado crescimento quantitativo, caracterizado pelo aumento do número de instituições, de vagas, de cursos, de matrículas, de funções docentes, por exemplo. Na dinâmica desse processo de expansão, produziu-se um complexo e diversificado sistema de instituições com formatos institucionais, vocações e práticas acadêmicas bastante diferenciados.

Aponta-se que os principais fatores que determinaram essa diversificação institucional da Educação Brasileira estejam associados às diretrizes da política educacional definidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente pelo ex-Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, durante os oito anos de mandato (1995-2002).

Esse período foi considerado muito importante para o processo de expansão e de reconfiguração da educação superior. Segundo estudiosos, a

reforma da educação superior, nesse período, associou três princípios fundamentais: flexibilidade, competitividade e avaliação, objetivando uma expansão acelerada do sistema (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2004).

Registrou-se, nesse período, grande interferência dos organismos multilaterais nas políticas educacionais, destacando-se o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre essa intervenção, Silva (2002) discute que os atuais perfis da educação superior brasileira, definidos pelas políticas e estratégias mais significativas, apontam para um alto grau de intervenção e subordinação, particularmente aos organismos internacionais, com o consentimento dos governantes. De acordo com Dourado (2002), o produto explícito dessa interferência é a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394, em 1996, desconsiderando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil.

Paralelo a essas interferências multilaterais houve o declínio do financiamento das instituições públicas, decorrentes da adoção de uma lógica de produção econômica que implicou em mudanças na configuração do Estado. Tal configuração teve início no governo Collor (1989), solidificou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994; 2001) e teve continuidade, com certas tensões, no governo Lula, a partir de 2002.

Conseqüentemente, no período entre 1999 e 2001, diminuiu-se o número de universidades públicas no país. Somente a partir de 2003, retomou-se o crescimento das universidades públicas, com a criação de novas instituições, destacando o período entre 2003 e 2004, em que foram criadas 7 novas universidades públicas, sendo 6 federais e 1 estadual, enquanto o setor privado estacionou com 86 universidades. Em 2008, registrou-se, no sistema de educação superior, 236 IES públicas e 2016 privadas. Das IES públicas, 97 são Universidades (55 federais, 36 estaduais e 6 municipais), 5 são Centros Universitários, 100 se caracterizam como Faculdades (4 federais, 46 estaduais e 50 municipais) e 34 são Centros de Educação Tecnológica ou Instituto Federal de Educação Tecnológica (BRASIL, 2009).

A diversificação do sistema se revela quando, em 2008, as Universidades representavam apenas 8%, ou seja, de um total de 2.252 IES, 183 eram Universidades; os Centros Universitários, que surgiram a partir de 1996, representavam 5,5%, e outras modalidades de organização acadêmica representavam 87,6% (BRASIL, 2009).

Nesse processo de expansão, houve um incremento do setor privado em detrimento do público. Em 2008, 89,5% de instituições foram criadas no setor privado e 10,5% no público. É importante frisar que, dentre essas instituições, predominou a finalidade apenas no ensino.

Ao assumir o governo em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se propôs a realizar uma expansão intensiva e extensiva do sistema federal, retomando a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação de 40% das vagas em instituições públicas através de parcerias com estados e municípios, e com a criação de novas Instituições Federais de Educação Superior (PNE, 2000). De acordo com o INEP, em 2006, 10 novas instituições federais encontravam-se em processo de institucionalização, além da criação ou consolidação de 42 *campi*. Para os cursos da área da saúde, foram criados, de 2002 a 2008, 198 novos cursos públicos, sendo 99 no setor federal, 55 no estadual e 44 no municipal.

Em 2003, surge o Programa Universidade para Todos (PROUNI) com o discurso de justiça social, para atender à pressão das entidades representativas do setor privado, justificada pelas altas taxas de vagas ociosas que, segundo dados do INEP, em 2008, chegava a aproximadamente 45,4%. Alia-se a esse discurso, a procura por ensino superior nas camadas de baixa renda, corroborando a proposta do MEC de estatização de vagas nas instituições particulares, em troca do retorno da renúncia fiscal.

Para os cursos de graduação em período integral, em que se inclui grande parte dos cursos da área da saúde, o PROUNI (BRASIL, 2005a), a partir de 2006, concede, aos beneficiários, bolsa permanência de R\$ 300,00, para as despesas de transporte, alimentação e material didático.

Na década de 1990, intensifica-se a discussão sobre o redirecionamento da formação dos profissionais de saúde. Essa discussão se deve à mudanças das práticas de saúde prevista na Política Nacional de Saúde, a fim de atender aos indicadores desejados no exercício das atividades, considerando a complexidade de atuação profissional nas áreas específicas de atendimento à saúde da população.

No debate sobre a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), chegou-se ao consenso de que a formação profissional e a organização do sistema de saúde estão intimamente ligadas. Portanto, destaca-se a necessidade de uma colaboração orgânica entre os setores da saúde e da educação, visando à efetiva implementação das diretrizes constitucionais do SUS e à implementação das diretrizes curriculares nacionais (BRASIL, 2005).

A Constituição Federal de 1988, no art. 200, inciso III, atribuiu ao Sistema Único de Saúde a missão de ordenar a formação de recursos humanos para área da saúde. Com base nesse princípio, o Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), se envolve efetivamente, apoiando diversas ações no campo de formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde. Para isso, articula-

se com o Ministério da Educação, a fim de garantir que a formação desses profissionais atenda aos princípios das Políticas de Saúde.

A aprovação das novas Diretrizes Curriculares para os Cursos da Saúde, em 2001, pode ser entendida como um reflexo dessa articulação, na medida em que representou a junção entre duas políticas originárias do MS e MEC. Essa articulação gerou o desafio de se estabelecer um sistema de incentivos às instituições acadêmicas que se dispusessem a adequar a formação profissional às Políticas de Saúde, com ênfase no SUS.

É importante destacar que, durante o período de grande crescimento da educação superior, registra-se uma mobilização da área da saúde, principalmente da categoria médica. Preocupada com a qualidade da formação médica, evidenciam-se críticas à ampliação de escolas no setor privado, tendo em vista que o Estado havia reduzido sua responsabilidade sobre a formação desses profissionais, e ao desempenho dessas escolas na avaliação do MEC, quando da aplicação do provão, pois registram desempenho inferior ao público (BUENO; PIERUCCINI, 2004, p.40).

Em 2004, no documento *Abertura de Escolas de Medicina no Brasil: Relatório de um cenário sombrio* (BUENO e PIERUCCINI, 2004), a AMB e o CFM manifestam a preocupação com a criação de cursos de Medicina, indicando que:

[...] a proliferação indiscriminada de cursos de Medicina e ampliação de vagas nos cursos existentes, ocorridas na última década, acompanhada da queda da qualidade da formação acadêmica e dos honorários da classe, recolocaram a questão de novo no rol das prioridades das entidades médicas (p.7).

Em 2006, o Decreto Federal nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), determinou, em seu art. 28, § 2º, que a criação de cursos de graduação em Medicina, Odontologia e Psicologia, em universidades ou centros universitários, deveria ser submetida à manifestação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), segundo critérios que a justificassem. Ceccim e Pinto (2007) recomendam que a necessidade de manifestação do CNS, para a autorização desses cursos, seja pautada por critérios de demanda social (ouvir a manifestação do setor), e não de mercado (interesse particular das instituições de ensino), inclusive porque o exercício profissional, nessas áreas, pode impor risco à integridade física e moral de pessoas.

A mobilização da categoria médica acabou por envolver outras categorias, principalmente as Instituições formadoras, na discussão sobre a qualidade da formação dos profissionais da saúde. O MS, ao perceber a preocupação da categoria com a expansão desordenada dos cursos de Medicina, principalmente a partir de 2003, se envolve diretamente nas discussões sobre as políticas de formação na graduação e entende as

ansiedades da sociedade, manifestadas através do controle social, quanto à expansão dos cursos de graduação, sem se estabelecerem critérios que garantam a qualidade na formação. Em 2008, o MS, juntamente com o MEC, regulamenta indicadores a serem considerados na aprovação de abertura de cursos de Medicina, atendendo a uma reivindicação da categoria desde os anos 1990.

Dentre esses critérios, destaca-se que os cursos devem ser criados em IES onde constam outros cursos da área bem avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); que haja integração ao sistema local e regional de saúde; disponibilização de vagas de acordo com a qualificação do corpo docente; possuir infraestrutura mínima para os três primeiros anos de curso; possuir hospital de ensino próprio ou conveniado por pelo menos 10 anos na mesma localidade da instituição e ter um núcleo de docentes com dedicação preferencial ao curso. O MEC admite que esses critérios levam em consideração a política de expansão específica do Ministério, as contribuições apresentadas pelo Ministério da Saúde e por especialistas de ensino na área (BRASIL, 2008).

Apesar da maior mobilização da categoria médica e acúmulo de conhecimento sobre sua área específica, a preocupação com a formação dos profissionais da saúde encontra-se, atualmente, no Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (FNEPAS), criado em julho de 2004, como uma arena de debate, discussões e orientações. O FNEPAS congrega várias entidades envolvidas com a educação e desenvolvimento profissional na área da saúde, conscientes da importância dessa participação na definição de políticas de formação na área em que se incluem as políticas de expansão da educação superior.

Na análise sobre a oferta de cursos de graduação na área de Saúde e Bem Estar¹, Veloso, OSilva e Souza (2010) revelam que o crescimento de cursos de graduação, no período entre 1996 a 2008, seguiu a mesma tendência dos demais cursos de outras áreas, com predominância do setor privado. No período entre 1996 a 2008, houve um crescimento de 307%, representado por 2327 novos cursos, sendo que, destes, o setor privado registrou incremento de 2092 (534%) e o público 235 (64%). O curso de Medicina registrou menor crescimento durante todo esse período. A partir de 2004, diminuiu-se a taxa de crescimento da oferta de cursos que, entre 200 a 2004 era de 80,12, e entre 2004 a 2008 representa 49,98.

Atribuem a desaceleração do crescimento na área de Saúde e Bem Estar à mobilização do controle social, mais fortemente pela categoria médica, a qual teve um importante papel na regulação da abertura de cursos.

¹De acordo com o Censo da Educação Superior, publicado pelo INEP, os cursos de graduação são agrupados em nove áreas. Os cursos da área da saúde entre eles o de Nutrição integra área de Saúde e Bem Estar.

Esse fato despertou a necessidade de o MS se envolver nas discussões, a fim de garantir a qualidade na formação e atender às diretrizes curriculares nacionais, mais especificamente quanto ao direcionamento dessa formação para políticas públicas de saúde vigentes.

Em 2008, a área de Saúde e Bem Estar ofertava 3085 cursos de graduação, representando 12,5% da oferta nacional. Destes, 19,5% estavam no setor público e 80,5% no privado. O ensino universitário predominava tanto na oferta de cursos quanto no registro de matrículas, correspondendo a 51,4% e 55,5 %, respectivamente. O curso de Nutrição se integra a essa área, agrupado na subárea de Terapia e Reabilitação. Trata-se de uma subárea, que abrange também os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Musicoterapia, Optometria, Psicomotricidade, Quiroprática, Terapia Ocupacional, correspondendo a 31,8% da oferta da área, ou seja, 951 cursos de graduação, sendo 311 de Nutrição.

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO NO BRASIL – A REALIDADE DA EXPANSÃO

A formação em Nutrição no país é relativamente recente, e, conseqüentemente, é maciça a inserção do profissional no mercado de trabalho. A profissão de nutricionista iniciou-se no final da década de 30, a partir da criação do primeiro curso de graduação, no período do governo de Getúlio Vargas, em 24 de outubro de 1939, na Faculdade de Saúde Pública na Universidade de São Paulo.

Na década de 1940, a região Sudeste concentrava a oferta de curso, sendo 1 em São Paulo e 3 no Rio de Janeiro. Os primeiros cursos da região Nordeste surgem na década de 1950, sendo 1 na Bahia e 1 em Pernambuco.

Em 1970, registrava-se a criação de 21 novos cursos. Segundo Calado (2008), esse aumento se justificou pelo grande crescimento de vagas no ensino superior no País, a partir da Reforma Universitária instituída pela Lei nº 5.540 de 1968. Deve-se também à criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, em 1972, em cujas linhas de ação, constava o incentivo à formação de recursos humanos para o desenvolvimento dos seus programas e projetos, promovendo e apoiando a formação de cursos de Nutrição no País. Constata-se, a partir daí, a implantação de cursos de Nutrição em quase todas as regiões do país, totalizando 21, com maior concentração na região sudeste, com 7 cursos, seguida pela região Sul, com 5 cursos, sendo que, destes, o primeiro foi ofertado por IES privada. Em seguida, destaca-se a região nordeste com 5 cursos, a região centro oeste com 3 cursos e a norte 1 curso.

A partir desse período, novos cursos foram implantados em todas as regiões, totalizando, em 1995, 42 cursos, sendo 22 no setor público e 20 no setor privado, mantendo a concentração na região sudeste (COSTA, 2000).

Seguindo a expansão da Educação Superior no país, principalmente a partir da década de 1990, a graduação em Nutrição registra, em 2008, 310 cursos, concentrados na região Sudeste, no setor privado. Os dados apresentados permitem uma melhor análise dessa constatação.

Sobre os cursos de graduação em Nutrição e taxas de crescimento, segundo categoria administrativa – Brasil, 1996, 2000, 2004, 2008

Os dados coletados demonstram que, no período de 1996 a 2008, foram criados 267 novos cursos, representando um crescimento de 620,93%, com expressiva concentração no setor privado (1195%). Em 2008, 83,5 % dos cursos da área estavam no setor privado. O setor público apresentou menor crescimento, sendo que as instituições municipais obtiveram maior índice. No entanto, a maior oferta era promovida pelas instituições federais, que representavam, em 2008, 64,8% do total de cursos do setor público.

Outro indicador importante na avaliação da expansão é a análise dos indicadores de crescimento por organização acadêmica, como poderá ser observado a seguir.

Sobre os cursos de graduação em Nutrição e taxas de crescimento segundo organização acadêmica e categoria administrativa – Brasil 1996, 2000, 2004

Ao avaliar o perfil da oferta de cursos de graduação em Nutrição, constatamos que, em 2008, destaca-se o ensino universitário, com oferta de 49,6% do total dos cursos, sendo que 68,8% encontram-se no setor privado.

Quanto à oferta de cursos pelos centros universitários, constatamos que, em 2008, destaca-se com exclusividade o setor privado, com surgimento de apenas 1 curso no setor federal em 2004, porém este é extinto no decorrer dos anos. Assim, a análise dos dados nos possibilita dizer que o crescimento nessa categoria foi de 375%, no setor privado.

Também na categoria das faculdades o setor privado destaca-se no que diz respeito a crescimento. Foram criados, nas faculdades, 88 novos cursos durante o período pesquisado, representando 96,8% da oferta do total de cursos nessa organização acadêmica.

Sobre as Matrículas nos Cursos de graduação em Nutrição e taxas de crescimento segundo organização acadêmica e categoria administrativa – Brasil 1996, 2000, 2004

Os dados sobre matrículas seguem a tendências dos demais indicadores, com maiores taxas de crescimento no setor privado não universitário. Do total de matrículas registradas em 2008, 52,8% estavam nas universidades. Todavia, é preciso considerar que, em 1996, esses valores eram de 86,54%. A permanecer o crescimento das organizações não universitárias nessa perspectiva, podemos supor que o ensino de nutrição no país deixa de ter como tripé o ensino, a extensão e a pesquisa, visto serem estas prerrogativas no ensino universitário.

O aumento da oferta de cursos e vagas não tem necessariamente representado a mesma proporção de concluintes, uma vez que, em 2008, apenas 42% das vagas ofertadas para os cursos de Nutrição foram ocupadas (BRASIL, 2009), diferentemente do ano de 1996, quando essa ocupação representava 83%. Apesar de os percentuais mais recentes da área serem menores do que a média nacional da educação superior que atingiu, 50,44%, esses dados têm sido associados ao crescimento no setor privado em detrimento do público, visto que o número total de candidatos inscritos para vagas públicas em 2008 era de 5,41 candidatos por vaga enquanto no setor privado essa relação representou 0,84.

Assim, podemos afirmar que a oferta de cursos de graduação em Nutrição no país segue o perfil dos demais cursos da área da Saúde e Bem Estar, com predominância de oferta pelo setor privado universitário. Apesar de o setor privado deter a maior oferta, os dados sobre desempenho de estudantes no ENADE revelam que o melhor desempenho dos alunos se concentra no setor público, conforme apresentado a seguir.

OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO - RESULTADOS DO ENADE

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação, formalmente instituído pela Lei 10. 861 (BRASIL, 2004) aprovada em abril de 2004, foi aplicado para os cursos da área da saúde e bem estar em 2004. O instrumento utilizado pelo exame é constituído de questões discursivas e de múltipla escolha, relativas a um componente de avaliação da Formação Geral, comum aos cursos de todas as áreas, e um Componente Específico de cada curso/área. Como esse exame tem periodicidade de 4 em 4 anos, foi aplicado na área da saúde em 2004 e 2007.

Em 2004, participaram 176 cursos de cursos de Nutrição, o correspondente a 88% dos cursos existentes a época. Destes, a maior concentração eram de cursos da região Sudeste, com 106 cursos, seguido pela região Sul, com 37, Nordeste com 15, Centro-Oeste 11 e, com menor número, a região Norte representada por 7 cursos. Dos participantes, 81% eram do setor privado e 19% setor público, sendo que, destes, 23 cursos eram Federais, 5 Estaduais e 5 Municipais. Com relação à organização acadêmica, 55% (97) eram universidades, 25% (44) centros universitários e 20% (35) Faculdades.

No exame de 2007, houve um crescimento na participação de cursos de 48%, correspondendo a um total 261 participantes, seguindo a tendência do exame anterior: 83% do setor privado e 17% do público, com maior participação de cursos da região sudeste. Em relação à organização acadêmica, a maior participação foi de instituições universitárias (130), seguidos das Faculdades (88) e Centros Universitários (53).

Participaram desses eventos, em 2004 o total de 14.456 estudantes. Desse total, 70,8%, eram ingressantes e, 29,2% concluintes. Mais uma vez a região Sudeste concentrava 60% desses participantes, com 8644 alunos. A Região Norte foi a de menor representatividade, com a participação de 493 alunos, 3,4% do total nacional. Quanto à origem acadêmica, 2047 alunos eram de instituições públicas com concentração na rede federal (69%), e 12 409 eram de instituições privadas.

As universidades estiveram representadas por 7.360 estudantes, o equivalente a pouco mais da metade do total Brasil (50,9%), exceto na Região Norte. Os centros universitários foram representados por 4.810 alunos, 33,3% em termos nacionais, e as faculdades, escolas e institutos superiores, por 1.809 (12,5%). As faculdades integradas contaram com uma participação bem menos significativa, correspondente a 477 estudantes, 3,3% do total Brasil.

Em 2007, registrou-se um aumento de 38% de alunos participantes, correspondendo a 19. 989 alunos, sendo 66 % ingressantes e 34% concluintes. Mantiveram-se, portanto, as mesmas características do exame anterior, prevalecendo, entre os inscritos, os oriundos de instituições privadas (84,7%) e 15,3% das públicas, sendo a maioria das instituições federais.

Número de estudantes de Nutrição inscritos no ENADE 2004 - 2007 por categoria administrativa Brasil

Constatou-se que os alunos universitários representavam 49,9% (9.980), os provenientes de centro universitários, 27,5% (5499) e as demais organizações acadêmicas 22,6% (4 510).

Segundo relatório da área de Nutrição publicado pelo INEP/ ENADE, a média geral dos estudantes em 2004 foi 28,7: os ingressantes tiveram média de 23,4 e os concluintes 41,6. Em 2007 as médias foram de 41,6, 37,9 e 48,9, respectivamente. Tomando como base o desempenho dos estudantes no último exame, podemos observar, que os estudantes das instituições públicas obtiveram melhores desempenhos que os da rede privada.

Sobre o desempenho no ENADE 2007 dos estudantes do curso de Nutrição segundo categoria administrativa – Brasil

Ao se agrupar os estudantes por organização acadêmica, percebeu-se que a nota média mais elevada entre os ingressantes foi detectada em instituições classificadas como universidade e faculdades, escolas e institutos superiores. Para os concluintes, as instituições classificadas como universidade e centro universitário obtiveram as médias mais elevadas. Já a nota média mais baixa observada entre o grupo de estudantes encontra-se nas instituições classificadas como faculdades integradas.

Sobre o desempenho no ENADE 2007 dos estudantes do curso de Nutrição segundo organização acadêmica – Brasil

Na avaliação dos estudantes por região, segundo relatório INEP, em 2007, as médias mais elevadas entre os concluintes foram registradas na região Sul (51,2) e Centro-Oeste (50,7). Em relação aos ingressantes, as regiões Sul (39,5) e Sudeste (38,1) obtiveram as médias mais elevadas. A menor nota média entre os ingressantes foi detectada na região Nordeste (36,3) e, entre os concluintes, na região Norte (44,1).

No perfil dos cursos de Nutrição no país, em relação aos dados de desempenho dos estudantes, no exame 2007, podemos afirmar que as instituições universitárias e o setor público apresentam melhor desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados apresentados, observa-se, na formação do Nutricionista, a influência dos contextos políticos, econômicos e sociais. A expansão dos cursos de Nutrição no país, no período, com taxas de 620,93%, insere-se no processo de privatização do Ensino Superior, reflexo das Políticas Educacionais a partir dos anos 1990. Assim o perfil dessa expansão ocorreu de forma desordenada com privatização do ensino, com crescimento do ensino não universitário e da concentração geográfica de cursos na região Sudeste. O maior crescimento na oferta de vagas e cursos era no setor privado em Instituições não universitárias, que nos resultados

do ENADE 2007, obtiveram médias mais baixas, enquanto as Universidades alcançaram as médias mais elevadas.

O estudo não encerra a discussão, mas pretende instigar e enriquecer o debate sobre alguns aspectos da formação do Nutricionista, enquanto profissional da área da saúde.

No campo dessa formação, a parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde, tem se mostrado importante, e direcionado para um maior comprometimento com o Sistema Único de Saúde. Para essa formação recomenda-se maior aproximação da instituição de ensino com os serviços públicos de saúde, sendo esse um mecanismo fundamental para transformação do aprendizado, com base na realidade socioeconômica e sanitária da população brasileira. Desta forma propõe as IES, maior envolvimento com a comunidade a qual esta inserida, por meio do desenvolvimento de projetos que incorporem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim ao nos propormos discutir o perfil da expansão dos cursos de Nutrição a partir dos anos de 1990, refletimos se o modelo de oferta de graduação é adequado às diretrizes de formação proposto para os profissionais da saúde. Evidenciamos a necessidade de maior acompanhamento das representações da área da Nutrição junto às autoridades governamentais na regulação de abertura de novos cursos, que deve ser fundamentada em necessidades sociais e na contribuição deste para a transformação da realidade social e epidemiológica. Deve ser garantido, entre os critérios para o processo criação de vagas, a capacidade de a instituição oferecer ensino de qualidade, frente às políticas de educação e saúde e a necessidade de profissionais para cada região.

REFERÊNCIAS

BUENO, R. L. E PIERUCCINI, M. *Abertura de escolas de medicina no Brasil: relatório de um cenário sombrio*. Janeiro de 2004. Disponível em: <[www.amb.org.br /escolas_abertura.pdf](http://www.amb.org.br/escolas_abertura.pdf)>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2005.

BRASIL. INEP/MEC. *Sinopse da Educação Superior 1996*. Disponível: www.inep.gov.br. Acesso: janeiro de 2010.

_____. *Lei 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Leis, Brasília, DF, 2004. Disp. em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/10861.pdf>. Acesso em: setembro de 2010.

_____. INEP/MEC. *Relatório Síntese do ENADE, área de Nutrição*. Brasília/DF, 2004. Disponível: www.inep.gov.br. Acesso: janeiro de 2010.

_____. Ministério da Saúde e Ministério de Educação. *Pró-saúde; programa nacional de reorientação da formação profissional em saúde*. Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília; Ministério da Saúde, 2005.

_____. Presidência da República *Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 14 jan. 2005a.

_____. INEP/MEC. *Relatório Síntese do ENADE, área de Nutrição*. Brasília/DF, 2007. Disponível: www.inep.gov.br. Acesso:janeiro de 2010

_____. INEP/MEC. *Sinopse da Educação Superior 2008*. Brasília/DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. *MEC define novo instrumento para abertura de cursos de medicina*. 23 abr 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10378>. Acesso em: 18 de junho de 2008.

_____. Ministério de Estado da Educação. Portaria nº 474., de 14 de abril de 2008. Aprova em extrato, o instrumento de avaliação para autorização de curso de graduação em Medicina no âmbito do SINAES, 2008. *Diário Oficial da União*, Seção 1. nº 72. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de abril de 2008a.

CALLADO, C.L.A. *A expansão dos Cursos de Nutrição no Brasil e a nova Lei de Diretrizes e Bases-LDB*. Disponível: www.cfn.org.br/variavel/destaque/expansao.doc. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

CECCIM, R. B.; PINTO, L. F. A formação e especialização de profissionais de saúde e a necessidade política de enfrentar as desigualdades sociais e regionais. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro: ABEM, 04/2007. Disp. em: <www.educaçaoemmedica.org.br/edições/index.php>. Acesso em: 18 de janeiro/2008.

COSTA, N.S.C. *A formação do Nutricionista: educação e contradição*. Goiânia; Editora da UFG, 2000.

DOURADO, L F., CATANI, A M., OLIVEIRA, J F. Políticas Públicas e reforma da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas. *Pro-Posições*, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, v.15, n.3 (45), p.75-90, set./dez., 2004.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). *Apresentação*. Vital Didonet. Brasília: Editora Plano, 2000.

VELOSO, Tereza C.M.A; SILVA, Renata A.B.; SOUZA, Bruna K.G. Movimento de expansão e contenção da educação superior na área da saúde. *Anais... X Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED-Centro-Oeste: Desafios da produção e divulgação do conhecimento*. Uberlândia; julho 2010.